

SANTA CASA SÃO VICENTE DE PAULO TANABI
CNPJ 72.079.114/0001-80
BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores em Unidades de Reais R\$)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes	2a	1.219.797	1.126.677	Fornecedores	3a	47.008	87.089
Contas a Receber	2b	335.208	316.721	Serviços Médicos	3b	10.944	10.202
Impostos a Recuperar	2c	7.894	7.703	Obrigações Trabalhistas e Encargos	3c	438.486	357.957
Adiantamentos	2d	36.816	34.688	Impostos a Recolher	3d	27.995	38.485
Estoques	2e	156.229	178.877	Outras Obrigações	3e	27.272	11.050
Despesas Antecipadas	2f	448	411	Empréstimos PF		2.400	-
Bloqueios Judiciais		4.978	4.978	Parcelamentos	3f	891	10.694
		<u>1.761.371</u>	<u>1.670.056</u>	Subvenções a Realizar	3g	<u>1.222.960</u>	<u>573.487</u>
						<u>1.777.956</u>	<u>1.088.964</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Imobilizado	2g	<u>4.248.835</u>	<u>4.375.301</u>	Parcelamentos LP	3f	-	891
		<u>4.248.835</u>	<u>4.375.301</u>	Subvenções a Realizar LP	3g	1.271.527	1.492.803
				Contingências LP		<u>20.750</u>	<u>4.000</u>
						<u>1.292.277</u>	<u>1.497.694</u>
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	11a	3.458.698	2.928.422
				Déficit/Superávit do Exercício	11b	<u>(518.725)</u>	<u>530.277</u>
						<u>2.939.973</u>	<u>3.458.698</u>
Total do Ativo		<u>6.010.206</u>	<u>6.045.357</u>	Total do Passivo		<u>6.010.206</u>	<u>6.045.357</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Tanabi SP, 31 de dezembro 2025

Francisco Assis Peruca
CPF: 025.732.508-57
Presidente

João Edson Ferreira Lopes
CRC- 1SP168412/O-8
Contador

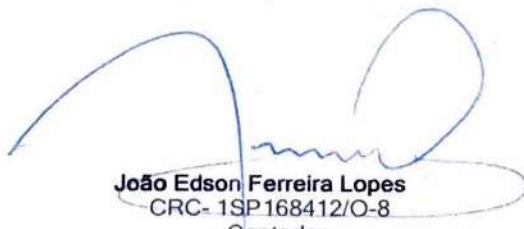
SANTA CASA SÃO VICENTE DE PAULO TANABI
CNPJ 72.079.114/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores em Unidades de Reais R\$)

RECEITAS	Nota	2025	2024
Com Restrição	4		
Subvenção Federal		436.646	337.472
Subvenção Estadual	9	511.469	496.264
Subvenção Municipal	9	4.583.155	4.654.881
	9	<u>5.531.270</u>	<u>5.488.617</u>
Sem Restrição			
Receitas de Convênios		788.796	790.274
Receitas de Particulares		135.743	145.816
Receitas SUS-SAI/SIH_Integrasus		4.099.031	3.444.083
Doações e Promoções		176.067	146.101
Receitas Financeiras	10	21.411	32.170
Outras Receitas		675.397	296.872
		<u>5.896.445</u>	<u>4.855.315</u>
CUSTOS			
Medicamentos e Materiais	5	(1.790.350)	(1.536.879)
Pessoal Próprio e Terceiros		(8.954.122)	(7.425.819)
		<u>(10.744.473)</u>	<u>(8.962.698)</u>
RESULTADO BRUTO		<u>683.242</u>	<u>1.381.234</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas	5	(1.164.413)	(817.247)
Outras Despesas		-	(487)
Despesas financeiras		(37.554)	(33.224)
Isenção Usufruída INSS		1.118.456	981.099
(-) Isenção Usufruída INSS		(1.118.456)	(981.099)
		<u>(1.201.968)</u>	<u>(850.957)</u>
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>(518.725)</u>	<u>530.277</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Tanabi SP, 31 de dezembro 2025


Francisco Assis Peruca
 CPF: 025.732.508-57
 Presidente


João Edson Ferreira Lopes
 CRC- 1SP168412/O-8
 Contador

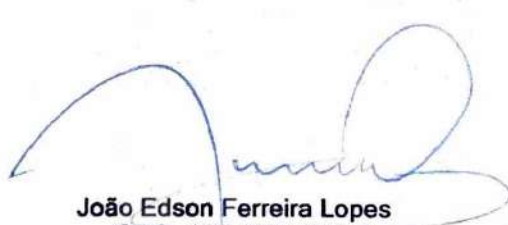
SANTA CASA SÃO VICENTE DE PAULO TANABI
CNPJ 72.079.114/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

CONTAS	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit	Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>3.113.006</u>	<u>(183.948)</u>	<u>2.928.422</u>
Transferência de Déficit do Exercício 2023	(183.948)	183.948	-
Superávit do Exercício corrente de 2024		530.277	530.277
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>2.929.058</u>	<u>530.277</u>	<u>3.458.698</u>
Transferência de Superávit do Exercício 2024	530.277	(530.277)	-
Déficit do Exercício corrente de 2025		(518.725)	(518.725)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	<u>3.459.334</u>	<u>(518.725)</u>	<u>2.939.973</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Tanabi SP, 31 de dezembro 2025


Francisco Assis Peruca
CPF: 025.732.508-57
Presidente


João Edson Ferreira Lopes
CRC-1SP168412/O-8
Contador

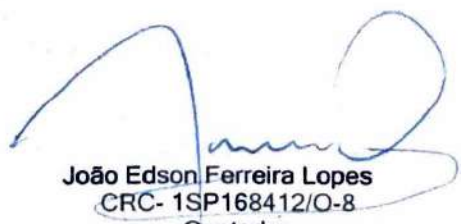
SANTA CASA SÃO VICENTE DE PAULO TANABI
CNPJ 72.079.114/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
A. Resultado		
Déficit/Superávit do Exercício	(518.725)	530.277
Depreciação	325.617	249.599
Resultado Ajustado	(193.108)	779.876
B. Ativo Circulante		
Contas a Receber	(18.487)	(67.440)
Impostos a Recuperar	(191)	(7.703)
Adiantamentos	(2.128)	(13.229)
Estoques	22.648	107.208
Despesas Antecipadas	(37)	46
Bloqueio Judicial	-	(4.978)
Redução (Aumento)	1.805	13.905
C. Passivo Circulante e Não Circulante		
Fonecedores	(40.082)	82.484
Serviços Médicos	741	(2.786)
Obrigações Trabalhistas e Encargos	80.529	(191.484)
Impostos a Recolher	(10.490)	4.525
Outras Obrigações	16.223	6.817
Parcelamentos	(10.694)	(13.600)
Empréstimos PF	2.400	-
Subvenções a Realizar	428.198	(161.649)
Contingências	16.750,00	(1.500)
(Redução) Aumento	483.575	(277.193)
1. Total das Atividades Operacionais (A+B+C)	292.272	516.588
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento do Imobilizado	(199.152)	(177.432)
2. Total das Atividades de Investimento	(199.152)	(177.432)
3. Aumento das Disponibilidades (1+2+3)	93.120	339.156
Caixa e Equivalentes no Início do Exercício	1.126.677	787.521
Caixa e Equivalentes no Final do Exercício	1.219.797	1.126.677
Aumento das Disponibilidades	93.120	339.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Tanabi SP, 31 de dezembro 2025


Francisco Assis Peruca
CPF: 026.732.508-57
Presidente


João Edson Ferreira Lopes
CRC- 1SP168412/O-8
Contador

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em unidades de Reais R\$)

1. Contexto operacional

A Santa Casa São Vicente de Paulo de Tanabi (SP) é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, imune de tributação, regendo-se pelos Estatutos Sociais e demais disposições legais. A Entidade tem como finalidade prestar assistência médica e hospitalar.

1.1 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e normas e procedimentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas a Entidades sem Fins Lucrativos de acordo com a *ITG 2002* e NBC TG 1000 e também em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e 11.638/07. As demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

- **Base de Mensuração**

A preparação das Demonstrações Financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

- **Continuidade**

A Administração considera que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

- **Comparabilidade**

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 estão sendo apresentadas com as informações comparativas de 31 de dezembro de 2024, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos.

- **Moeda Funcional e de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em unidades de Reais (R\$), que é a moeda funcional e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

- **Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas**

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- Provisões judiciais;
- **Segregação entre Circulante e Não Circulante**

A Administração apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado
- espera-se que seja realizado até 12 meses da data do balanço.
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que a sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- está mantido essencialmente para finalidade de ser quitado.
- deve ser liquidado no período de 12 meses após a data do balanço.
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Entidade classifica todos os demais passivos no não circulante.

2. Ativo Circulante e Não Circulante

São direitos registrados por valores históricos, vencíveis a curto e longo prazo respectivamente, atualizados monetariamente quando esta exigência for pertinente.

a. Caixa e Equivalentes

Compreendem as reservas de caixa em espécie, os recursos financeiros disponíveis em conta bancária e aplicações financeiras de curto prazo.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	927	6.470
Bancos Conta Mov. S/Restrição	165.915	14.581
Bancos Conta Mov. C/Restrição	195.000	-
Aplic. Financ. S/Restrição	52.481	1.105.626
Aplic. Financ. C/Restrição	805.474	-
Total	1.219.797	1.126.677

b. Contas a Receber

Representam os créditos a receber pela prestação de serviços médico-hospitalar a convênios particulares e SUS.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
SUS Aih/Amb	196.387	154.006
Unimed	63.777	62.652
HB Saúde	33.812	82.321
Austa Clínicas	5.848	7.730
Ben Saude	3.043	5.330
Cabesp	1.080	831
Saúde Bradesco	1.019	1.072,35
Amil Assistencia Médica	0	-
HAP Vida Ass. Médica	0	2.509,50
Aeronáutica	907	935
(-) Perdas Estim. com Créd. Liq. Duvidosa	(665)	(665)
Sub-total	305.208	316.721
 Vila de Monte Azul	 30.000	 -
Total	335.208	316.721

c. Impostos a Recuperar

Os saldos registrados no grupo "Impostos a Recuperar", classificados no ativo circulante, referem-se a tributos federais recolhidos indevidamente ou em duplicidade no curso das operações da entidade, conforme apurado pelos controles internos da área contábil e fiscal.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Inss A Recuperar	191	-
IRRF de Terceiros	1.879	1.879
CSSL, COFINS E PIS-Fonte	5.824	5.824
Total	7.894	7.703

Esses valores representam direitos creditórios da entidade junto à Receita Federal do Brasil e estão em processo de compensação com tributos vincendos ou, quando aplicável, serão objeto de pedidos formais de restituição administrativa, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017.

d. Adiantamentos

Engloba todos os pagamentos antecipados feitos a funcionários e fornecedores, que serão debitados em folha de pagamento e baixados quando do recebimento da nota fiscal do fornecedor.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários	2.503	4.582
Férias	34.313	26.126
Adiantamentos a fornecedores	-	3.980
Total	36.816	34.688

e. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização ou preço médio de aquisição.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Materiais Hospitalres e Medicamentos	156.229	178.877
Total	156.229	178.877

f. Despesas Antecipadas

São aquelas pagas com antecedência e referem-se a períodos subsequentes. Essas despesas do exercício seguinte estão apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período conforme o regime de competência.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Seguros de Veículos	448	411
Total	448	411

g. Bloqueio Judicial

O saldo registrado no grupo "Bloqueios Judiciais", classificado no ativo circulante, refere-se a valores financeiros bloqueados por decisão judicial, oriundos de ações judiciais em que a entidade figura como parte demandada. Esses valores encontram-se indisponíveis temporariamente, estando depositados em contas judiciais vinculadas aos respectivos processos.

Tais bloqueios decorrem, principalmente, de medidas cautelares ou liminares proferidas em processos cíveis, trabalhistas ou tributários, em curso perante o Poder Judiciário, e estão sendo devidamente acompanhados pela assessoria jurídica da entidade.

Os valores permanecem contabilizados no ativo circulante até que haja decisão definitiva quanto à sua destinação – seja para liberação à entidade, seja para conversão em pagamento ao reclamante, hipótese em que serão reclassificados para despesa ou baixa patrimonial, conforme o caso.

h. Imobilizado

Os bens imobilizados são registrados e demonstrados contabilmente pelo custo de aquisição, deduzida os respectivos encargos de depreciação.

Grupo	2.024	2.025				
	Saldo Inicial	Adições	Transf	Saldo Final	(-) Depr. Acumuladas	Saldo Líquido
Terrenos			384.221	384.221		384.221
Edificações	2.226.366	7.278	(384.221)	1.849.422	(67.229)	1.782.193
Equipamentos Hospitalares	955.986	-		955.986	(168.422)	787.563
Móveis e Utensílios	211.559	62.870		274.429	(1.369)	273.060
Equipamentos de Informática	9.421	14.989		24.410	(13.504)	10.906
Veículos	131.884	-		131.884	(32.298)	99.586
Máquinas e Equipamentos	437.767	114.015		551.782	(24.887)	526.894
Sistema Fotovoltaico	400.573	-		400.573	(17.209)	383.363
Software	1.746	-		1.746	(698)	1.048
Total	4.375.301	199.152	199.152	4.574.453	(325.617)	4.248.835

3. Passivo Circulante e Não Circulante

São obrigações registradas por valores históricos, vencíveis a curto e longo prazo respectivamente, atualizados monetariamente quando esta exigência for pertinente.

a. Fornecedores

Os fornecedores a pagar são obrigações por aquisição de bens e serviços para a manutenção da atividade. São classificadas como passivos circulantes as obrigações vencíveis até o final do exercício seguinte e não circulantes, todas as parcelas vencíveis após esse período. Usualmente, essas contas são reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

b. Serviços Médicos a Pagar

Engloba as obrigações a pagar pela prestação de serviços médicos e exames contratados pela Santa Casa.

	2025	2024
Serviços Médicos	10.944	10.202
Total	10.944	10.202

c. Obrigações Trabalhistas e Encargos

Neste grupo estão alocadas as obrigações com salários e outras remunerações, bem como as provisões trabalhistas para férias (com base nos direitos adquiridos por seus colaboradores até a data do balanço), encargos sociais, imposto retido na fonte e contribuições.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Férias a Pagar	334.644	284.594
FGTS a recolher	50.888	25.004
FGTS s/ férias	26.450	22.768
INSS a recolher	26.032	25.040
Sindicato Saude Rio Preto	20	20
Contribuição Assistencial	-	8
Bloqueio Judicial Funcionários	452	523
Total	438.486	357.957

d. Impostos a Recolher

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IRRF a recolher Terceiros	3.068	3.479
CSSL, COFINS E PIS-Fonte a Recolher	6.263	9.669
ISS Retido a Recolher	119	116
IRRF a recolher Funcionários	18.546	25.221
Total	27.995	38.485

e. Outras Obrigações

São obrigações de origens diversas que não se enquadram nos demais subgrupos e por sua natureza esporádica, não justificam um subgrupo exclusivo, sendo por isso agrupadas sob título genérico como a própria rubrica sugere.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Conselho Central de Tanabi	27.272	11.050
Total	27.272	11.050

f. Parcelamentos de Tributos

	<u>Curto Prazo</u>	<u>2025 Total</u>	<u>2024 Total</u>
Parcelamento PERT Demais Débitos	1.008	1.008	13.097
(-) Juros e Mora PERT Demais Débitos	(117)	(117)	(1.512)
Total	891	891	11.585

g. Subvenções a Realizar

Conforme determinam as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do mesmo.

Nesses parâmetros, a Entidade reconhece mensalmente como receita de subvenções para investimento, em conta de resultado, à mesma proporção que contabiliza a depreciação ou a amortização do bem imobilizado.

4. Receitas

As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime da Competência, e são provenientes de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade, mantém convênio, sendo em sua maior parte com o SUS.

5. Custos e Despesas

São os gastos necessários à prestação de serviços e manutenção da atividade da entidade respectivamente. Esses valores são contabilizados (apropriados) obedecendo ao regime de competência de acordo com os documentos que atendem as exigências legais-fiscais.

6. Atendimento ao SUS

Conforme determinação do art. 9º, Lei Complementar nº 187/21, a Entidade cumpriu:

- as metas estabelecidas em convênio e/ou contrato de contratualização;
- ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo previsto, sendo comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o art. 10º, Lei Complementar nº 187/21, apresenta a apuração do percentual mínimo da prestação de Serviços ao SUS:

Exercício	2.025		2.024	
	Pacientes		Pacientes	
	Internações	%	Internações	%
Sus	1.460	91%	1.441	91%
Convênio/Partic.	143	9%	140	9%
Total	1.603	100%	1.581	100%

Exercício	2.025		2.024	
	Ambulatoriais		Ambulatoriais	
		%		%
Sus	68.884	76%	66.142	76%
Convênio/Partic.	21.880	24%	21.078	24%
Total	90.764	100%	87.220	100%

7. Isenção Previdenciária

Em atendimento ao artigo 29, da lei 12.101/09, está demonstrado a seguir, o valor total relativo à isenção da contribuição previdenciária patronal usufruída em 2025, como se devida fosse.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Inss Cota Patronal	1.118.456	981.099
Total	1.118.456	981.099

8. Isenções Tributárias

Em decorrência da imunidade tributária contida no artigo 150 inciso 6º letra C da Constituição Federal, os benefícios fiscais foram:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
COFINS	342.831	310.318
CSLL	-	47.725
Total	342.831	358.043

9. Subvenções Governamentais

As subvenções e doações recebidas para custeio e investimento são reconhecidas observando o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Subvenção Federal	436.646	337.472
Subvenção Estadual	511.469	496.264
Subvenção Municipal	4.583.155	4.654.881
Total	5.531.270	5.488.617

10. Doações e Promoções

Os recursos provenientes de doações recebidas e eventos promocionais foram aplicados para custeio da entidade, e contabilizadas em contas de receitas operacionais.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Promoção Realizada Junto a Comunidade	-	6.047
Campanha Através da Conta de Água	47.942	46.457
Doações Recebidas de Pessoas Jurídicas	95.189	91.820
Doações Recebidas de Pessoas Físicas	28.348	1.776
Doações De Conselhos Superiores	4.589	-
Total	176.067	146.101

11. Patrimônio Social

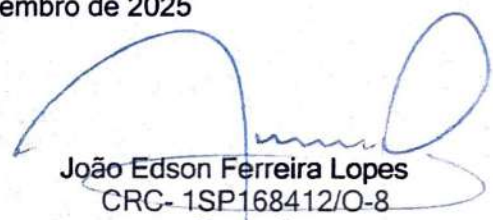
- a. **Patrimônio Social** - Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits e diminuído dos déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição.
- b. **Resultado do Exercício** - As atividades operacionais exercidas pela entidade durante o exercício de 2025, resultaram em um Déficit de R\$ 518.725,00 (Quinhentos e dezoito mil, setecentos e vinte e cinco reais), e será incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação na Assembleia.

12. Outras informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes a legislação específica aplicável.

Tanabi-SP, 31 de dezembro de 2025


Francisco Assis Peruca
CPF: 025.732.508-57
Presidente


João Edson Ferreira Lopes
CRC- 1SP168412/O-8
Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Presidente da
SANTA CASA SÃO VICENTE DE PAULO TANABI
Tanabi - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SANTA CASA SÃO VICENTE DE PAULO TANABI**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA SÃO VICENTE DE PAULO TANABI em 31 de dezembro de 2025**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Lei 6.404/76 e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e Médias Empresas e Entidades sem Fins Lucrativos de acordo com a *ITG 2002 e NBC TG 1000*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba-SP, 04 de maio de 2026.



Assinado de forma digital por ACS
AUDITORIA E CONSULTORIA
CONTABIL LTDA:10883685000115
Data: 2026.05.11 13:46:14 -03'00

ACS AUDITORIA E
CONSULTORIA
CONTABIL
LTDA:10883685000115

ACS Auditoria e Consultoria Contábil
Crc 2SP026990/O-2

EMERSON DOS SANTOS
Assinado de forma digital por EMERSON
OLIVEIRA:215929988 DOS SANTOS
01 OLIVEIRA:21592998801

Emerson dos Santos Oliveira
Crc 1SP281278/O-7